



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 000526/01	DATA: 06/06/01
INÍCIO: 14h52min	TÉRMINO: 15h55min	DURAÇÃO: 1h03min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h06min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 14
REVISORES:		
SUPERVISÃO: ESTELA		
CONCATENAÇÃO: ESTELA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.  
Há intervenção inaudível.  
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ata. Tendo em vista a distribuição antecipada...

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, gostaria de requerer a não leitura da ata, por ter sido distribuída antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Seguindo a solicitação do Deputado Norberto Teixeira, dispensei a leitura e coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovada. Expediente. Peço à secretaria que distribua o resumo das correspondências. Já foram distribuídas. E faça constar na ata de reunião o resumo. Vamos agora à Ordem do Dia. Essa reunião foi convocada para deliberação de requerimentos. Conforme a decisão da Presidência desta Casa, os requerimentos estão sendo apreciados nas reuniões e deverão ser publicados na Ordem do Dia das Comissões, para conhecimento prévio. Portanto, hoje serão votados os requerimentos apresentados com antecedência, o que permitiu sua divulgação. Os que vierem a ser apresentados antes ou após a reunião serão apreciados na reunião seguinte, depois de regimentalmente pautados. Requerimento do Sr. Deputado Avenzoar Arruda, que requer informações ao Ministério da Fazenda. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Avenzoar Arruda, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Sr. Presidente, esse requerimento solicita um levantamento dos repasses federais para as obras realizadas no Estado da Paraíba, particularmente na categoria de barragens,



adutoras, enfim, que se trata de recursos hídricos, e outras que elenquei. Portanto, creio eu ser interesse desta Comissão que essas informações cheguem aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo quem queira mais usar da palavra, coloco o requerimento em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento 86/01, da Sra. Deputada Tânia Soares, que requer seja solicitado ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CONFEA a relação das obras inacabadas existentes no Brasil que receberam recursos federais ou provenientes de convênios. Para encaminhar passo a palavra à Deputada Tânia Soares, autora do requerimento.

**A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES** – Sr. Presidente, o CONFEA, que é a Confederação que congrega todos os CREAs do País... Qualquer obra para ser iniciada, então, tem que ter um termo de responsabilidade técnica, e é o CONFEA que faz esse termo, é o órgão que dá esse termo. E nesse termo tem o prazo da obra, o valor da obra, e os recursos, que são do Governo Federal, também constarão lá no CONFEA, nos CREAs. E, no final da obra, o CONFEA também dá aos CREAs a responsabilidade técnica final, ele dá baixa na obra. Quer dizer, ao concluir a obra, tem esse termo. Se a obra não foi concluída, é óbvio que esse termo não existe. Então, o CONFEA teria condições de nos informar quais das obras com recursos federais e tempo que não foram concluídas. Portanto, era importante para esta Comissão ter essas informações do CONFEA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo quem mais queira usar da palavra, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Emenda 87/01, do Sr. Deputado



Augusto Nardes, que requer a participação do Dr. Pedro Sampaio Malan, Ministro da Fazenda, na reunião de audiência para tratar da CPI das Obras Inacabadas. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Augusto Nardes, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Sr. Presidente, estou encaminhando essa solicitação, mas faço questão de dizer que não tem necessidade de ser imediatamente. Estou avaliando. Depois que fizemos a avaliação e fizemos um estudo aprofundado de todas essas matérias que estamos recebendo de respostas por parte dos Ministérios, acho que cabe nós chamarmos o Governo, especialmente o Ministro da Fazenda, para que a gente possa ter a sua opinião de a qual forma que podemos evitar o desperdício do dinheiro público das obras inacabadas. Portanto, acho que ficou evidente agora, na questão do apagão, em termos nacionais, de que uma das razões que algumas hidrelétricas e também algumas termelétricas não foram concluídas, e algumas obras não foram concluídas, porque o Ministério da Fazenda não liberou recurso. Então, somente este fato do racionamento que estamos vivendo justifica o porquê que o Ministério da Fazenda tomar essa posição de não liberar recursos. Uma economia... E eu vou dar números para os Srs. Parlamentares. Nós precisaríamos investir apenas 0,5% de nosso PIB, do Produto Interno Bruto. E podemos ter um prejuízo de 1.8 do nosso Produto Interno Bruto. E precisaríamos investir 0,5 para que o País não paralisasse. Vamos ter de prejuízo neste País 1 milhão e 100 mil empregos, que deixarão de ser criados ou até serão extintos, postos de trabalho. Somente esses dados mostram a gravidade. Eu acho que no momento adequado, deixo a critério do Relator e a critério do Presidente de ver o momento adequado que nós devemos convidar o Ministro. Mas eu acho que ele foi o grande responsável por nós termos essa



paralisação das obras em todo o País. Mas quero deixar com muita clareza que esse momento que deve ser chamado é mais para o final do trabalho. Estou me antecipando e fazendo essa solicitação para que ele venha comparecer e nos dar uma explicação razoável no momento em que o Presidente entender e que toda a CPI entender. Esta é a razão da solicitação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, queria fazer um apelo ao Deputado Augusto Nardes, porque queríamos convidar o Ministro com caso concreto, e nós ainda não temos nada aqui. Estamos trabalhando, estamos aguardando as informações, não traçamos nenhuma estratégia de trabalho. E, na medida em que a gente convoca o Ministro aqui, até para ser proveitosa a vinda do Ministro aqui, seria através de casos concretos, depois que esta Comissão avaliasse.

**(Não identificado)** - Questão de ordem, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Então, eu faço um apelo ao Deputado que retirasse...

**(Não identificado)** - Retirasse de pauta. Exato.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - ...esse requerimento de pauta. É oportuna a retirada de pauta até porque o modo e a sequência da...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Garcia. Pois não, pode usar ...

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA** – Eu queria também fazer um apelo ao Deputado Augusto Nardes para que retirássemos esse requerimento de



pauta, porque não tem sentido até a objetividade desta Comissão. O Presidente está viajando hoje, é a primeira investida fora. Então, acredito que seria de bom alvitre nós fazermos uma reflexão, Deputado. E a retirada de pauta, eu acho, nesse sentido, neste exato momento, seria oportuna.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Diante da solicitação do relator e do Deputado Francisco Garcia, concordo. Mas já deixo ele protocolado e somente adia-se a votação no momento que nós entendermos necessário. Então, fica feita essa solicitação de que no momento que nós entendermos... Mas eu queria deixar registrado, que ficasse nos Anais claramente isso, de que um dos responsáveis pelo apagão no País se chama Ministro Pedro Malan.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Sr. Presidente, acredito que esse se estende ao quinto também da pauta, se estende também ao Ministro das Minas e Energia, a mesma decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Garcia, desculpe, porque, regimentalmente, quando chegar o momento oportuno eu lhe falo. Mas tem a palavra o Deputado Luciano Pizzatto.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Sr. Presidente, eu acho que já foi muito bem colocado pelos Deputados que me antecederam, e o Deputado Augusto Nardes, pelo elegância e forma gentil que sempre vê nossos embates políticos, já retirou o item 3 da pauta. E como foi um critério da retirada dos Srs. Ministros, eu também solicitaria a gentileza do nobre Parlamentar, se ele concordasse da retirada do Sr. Ministro das Minas e Energia, o item 5 da pauta, sabendo que V.Exa. poderá apresentá-lo em outro momento, logo depois que o senhor tiver embasamento melhor, técnico, para o questionamento dos Srs. Ministros. Se V.Sa., Exa. assim



concordar, essa situação já ficaria definida e logo em breve os senhores terão condição de ter um rol de Ministros para serem convocados. Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Anivaldo do Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – O que eu pedia para tirar dos Anais aí já... Eu acho que responsabilizar o Ministro da Fazenda, sim, de forma, sem a discussão, sem procurar dados consistentes, seria até um equívoco desta Comissão. Então, eu particularmente acho que nós deveríamos tirar dos Anais aí a responsabilidade do Ministro da Fazenda, por enquanto. Depois de discutida, aí tudo o.k., mas já de cara não seria precipitado?

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - Deputado Anivaldo Vale, o senhor pode falar essa sua posição pelo senhor, como Deputado Anivaldo Vale. O Deputado Augusto Nardes referenda essa posição que...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu lhe fiz um apelo para retirar dos Anais da Comissão.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Não. Eu não retiro esses termos porque é notório no País que houve uma responsabilidade do Ministério da Fazenda muito grande por todo esse processo de investimento na energia elétrica e que e/ou nas hidrelétricas, nas termoeletricas... Portanto, não vou retirar. É uma responsabilidade minha. Independência e autonomia é o que eu tenho.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – É o teu ponto de vista, não é o da Comissão.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Claro, o ponto de vista é meu, não disse que era da Comissão.



**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Avenzoar Arruda.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Só para esclarecimento e é uma questão de ordem. Nós estamos, pelo pedido do autor, retirando de pauta ou adiando? Há uma diferença básica. Então, eu quero entender que é retirando de pauta. Não é isso?

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Retirando de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, então vamos passar... Eu vou atender o Deputado Francisco Garcia em conjunto com o Deputado Luciano Pizzatto. Nós vamos já retirar de pauta os dois requerimentos da convocação do Ministro de Minas e Energia. Então o 3 e o 5 estão retirados de pauta. Continuando a nossa reunião, o item IV da pauta. É...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado Magno Malta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu estou me apresentando a V.Exa., dando continência a V.Exa. e ao Relator, estou me apresentando à Comissão na vaga titular do PL e dizer a V.Exa. que estou aqui para somar com V.Exa., com os membros da Comissão, entendendo que essa é uma CPI que pode dar mais visibilidade a esta Casa ainda do que deu a CPI do Narcotráfico. Essa CPI de Obras Inacabadas, sem dúvida alguma, tem um caminho longo para percorrer. E se esta CPI entender a profundidade desse caminho, certamente o País terá muitas respostas e muitas indagações serão dissipadas, Sr. Presidente. Portanto, quero





me colocar como soldado da CPI, me juntando aos Pares e a V.Exa. Não sabia da mudança do Regimento Interno de CPI, visto que comandeí uma por dois anos na apresentação de requerimentos. Trago um requerimento para hoje, mas, como bom soldado e obediente, vou incluir na pauta para a próxima reunião, entendendo que V.Exa., no comando desta CPI, haverá, sem dúvida alguma, de dar um norte como timoneiro significativo para que esta não seja mais uma das CPIs, mas que de fato seja uma CPI que certamente dará respostas contundentes. Eu fico com o meu requerimento para a próxima sessão. Quando será? E dizer a V.Exa. que V.Exa. está muito bem acompanhado na Presidência de D. Regina, porque me assessorou durante dois longos anos e é de uma competência a toda prova. Bom seria que o senhor pudesse ter D. Carmen também do seu lado e mais uns cinco ou seis que tem lá na sala da CPI. Certamente nós não íamos nem perder tempo nessas questões. Então, Sr. Presidente, estou me apresentando. Me receba com carinho, porque sou seu fã e conte com as minhas energias e a minha experiência, porque eu entendo que essa CPI certamente dará um caldo muito grosso para o Brasil. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria dizer em público da satisfação nossa, dessa CPI, contar com seus préstimos e sua experiência, Deputado Magno, que muito contribuiu não só na CPI do Narcotráfico como também ao Brasil. E creio que a sua participação também nessa CPI fará com que nós podemos desenvolver melhor o nosso trabalho. Item IV da...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Sr. Presidente, antes de registrar o item 4...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Anivaldo Vale.



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – De acordo com o Regimento, nós só podemos registrar e pautar os requerimentos um dia antes. E o que me estranha é que os Deputados... o Deputado Augusto Nardes está com os requerimentos todos sem assinar e registrados aqui. Então, não há solicitação dele. A solicitação só pode ser feita, protocolada depois de assinada.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Eu vou lhe comunicar o seguinte: eu estou assinando para retirar de pauta. O senhor está enganado.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Não é o que ela disse, que era o requerimento dele.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Não, eu estou assinando para retirar de pauta, tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só para esclarecimento, ele entregou o requerimento ontem e pediu só para refazer, Deputado Anivaldo Vale. Bom, o... Requerimento 4, do Deputado Sr. Carlos Alberto Rosado, que requer seja investigada as obras da Adutora do Oeste no Estado de Pernambuco, inclusive em visita **in loco**. Para encaminhar passo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Rosado, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Sr. Relator, eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa: se é possível, desde já, suspender a votação desse requerimento e reapresentá-lo na próxima reunião. Eu estou precisando de algumas informações adicionais a respeito dessa obra e gostaria de justificar o meu requerimento somente em face a essas novas informações que trarei aqui na próxima terça-feira. É possível?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata a solicitação do nobre Deputado e confirma para na nossa próxima reunião colocarmos em pauta o seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Requerimento nº 5. O 5 nós já retiramos de pauta. Vamos passar para o Requerimento nº 6.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - Sr. Presidente, eu só gostaria de concordar com o nº 5. V.Exa. não me perguntou, mas eu também concordo com a retirada do nº 5.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria apresentar minhas desculpas, Deputado Augusto Nardes, que nós colocamos junto, juntamos um e outro e por isso que havia a retirada de pauta antes. Mas agradeço a presteza da compreensão do nobre Deputado. Requerimento nº 6. O Sr. Deputado Augusto Nardes requer a participação da Dra. Dilma Vana Rousseff, Secretária de Energia do Estado do Rio Grande do Sul na reunião de audiência para tratar da CPI das Obras Inacabadas. Com a palavra o Deputado Augusto Nardes, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - Sr. Presidente, concede-me um aparte antes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Presidente, eu, diferente dos representantes do Governo, eu vou ficar muito feliz se a Dra. Dilma vir aqui. Ela,



hoje de manhã, deu um **show** no **Bom Dia Brasil**, porque no Estado do Rio Grande do Sul não tem energia e eles decidiram economizar. Mais do que 10% vão economizar. Eu não estou entendendo. Nós precisamos de convocar aqui — o Nardes tem direito, ele é do Rio Grande do Sul. Agora, é aonde não está faltando energia e nem água. As enchentes estão enchendo os açudes lá de água. Eu estou preocupado para gente não pagar um mico. Nós temos que convidar aqui o pessoal da Região Sudeste, o pessoal da Região Nordeste, onde tem seca e não tem usina. Eu estou com medo da gente passar aqui um carão daqui a pouco. Sou a favor que ela venha aqui. Acho que ela vai dar uma aula aqui de como a gente deve fazer para não faltar energia, e nós vamos ficar muito felizes, principalmente nós, do Partido dos Trabalhadores, porque ela já demonstrou muita competência com mais o outro diretor que ele convida aqui do órgão público lá estadual. Então, eu não tenho nada contra. Eu quero é me preservar como Parlamentar, como membro desta Comissão. Então, sou a favor do requerimento, sou a favor dessa audiência para discutir tudo do Rio Grande do Sul, para que depois a gente consiga andar pelo País afora, olhando o Nordeste, olhando o Sudeste, que é onde de fato nós temos um grande problema de energia e precisamos de analisar com mais cuidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Augusto Nardes.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Diante da solicitação do Deputado João Coser, que eu gostaria de dizer o seguinte: que concordo de que possamos adiar, em relação aos demais, para depois dessa nossa visita nós tomarmos a decisão. Ou seja, nós vamos fazer essa visita amanhã e depois podemos tomar a decisão em relação a este caso especificamente do Rio Grande



do Sul, juntamente com o Requerimento nº 7, 6 e 7. Então eu concordo com a retirada de pauta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Sr. Presidente, eu queria só um esclarecimento, se V.Exa. me permite, cheguei já no meio da discussão e até porque eu vivi esse clima aí no lugar de V.Exa., numa CPI muito mais tensa e não é... Não vamos, não é nem imaginando que vamos perder tempo, mas eu queria, até porque cheguei no meio da conversa, saber a razão da retirada do requerimento de pauta e o porquê dele não ser submetido a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Augusto Nardes, autor do requerimento que solicitou a retirada de pauta.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Diante da solicitação do Deputado João Coser e como nós vamos fazer uma visita amanhã e depois nós teremos as informações, eu me antecipei e fiz essas solicitações, mas pode ser adiado, não há problema nenhum. O Deputado João Coser tem razão, nós vamos lá fazer a visita e a partir daí nós teremos os elementos necessários. Por isso que eu concordei com a solicitação do Deputado João Coser de que nós possamos adiar a votação e fazer a avaliação, se é necessário, a partir dessa visita que faremos. Eu só me antecipei, como me antecipei nos demais, de apresentar esses requerimentos. Mas não significa que tenha urgência. Aliás, foi isso que eu falei no início, quando falei no primeiro requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - Sr. Presidente, eu não solicitei a retirada dos requerimentos, pelo contrário, eu falei que nós ficaríamos felizes em trazer a nossa Secretária e o Diretor do órgão estadual de energia aqui. Inclusive falei que acho que eles vão dar um modelo para o resto do País. Então, não será da minha



boca que V.Exa. ouviu ou ouvirá a negativa de trazer aqui um membro do Governo do Rio Grande do Sul para fazer um depoimento. Não propus isso e não quero propor. Se V.Exa. quiser retirar, assumo o requerimento. A minha preocupação é com o que nós temos de desafio pela frente, mas em nenhum momento propus que eles não viessem.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - Eu, eu não, eu estou dizendo que eles...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Augusto Nardes, só para encerrar...

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - Sr. Presidente, eu não estou dizendo que vai ser retirado o requerimento, nós estamos adiando a pauta da votação, adiando a pauta da votação. Pode-se avaliar depois. Agora, se o Deputado João Coser aceita que possamos votar agora e a maioria desejar que assim vote...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Aceito. Só a favor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - ...nós podemos até votar, agora...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Deputado...

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - Agora, eu prefiro deixar para depois da visita. Estou solicitando que para que nós possamos deixar para depois a visita colocar na pauta da votação.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Deputado...

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - Fazendo essa sugestão, se todos entenderem assim, posso retirar então para a próxima...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Agora, Deputado, se todos, se aceitar uma sugestão, ela, o senhor inclusive inicialmente nos falou aqui



que poderia aprovar e necessariamente não deveria chamar doutora imediato. Então, nós poderíamos colocar em votação. Se aprovado, a gente colocaria e chamaria em tempo oportuno...

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - Também concordo, aliás, desde o início fiz essas colocações...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - ...mas eu tinha entendido que o Deputado João Coser estava achando que nós poderíamos pagar um mico. Eu até falei... Não foi isso que o Deputado usou o termo? Então, eu preferia, entendi que estava atendendo a uma solicitação do Deputado João Coser, mas, se ele entender que não tem esse sentido, permanece o requerimento e depois nós avaliaremos se vamos chamar ou não.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Deputado Presidente, o Deputado Augusto Nardes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Eu ia pedir um aparte a ele, mas, porque é o seguinte: eu não quero... A minha posição é até incômoda, não é, porque presidi CPI dois anos, de muita movimentação, eu acho que qualquer requerimento dentro da proposta da CPI deve ser aprovado, qualquer requerimento. Nós precisamos ter cuidado é com o requerimento que requer quebra de sigilo, porque sem justificativa a Justiça não permite, embora nós tenhamos poder de justiça. De quebra de sigilo. Agora, qualquer requerimento que esteja dentro da proposta da CPI, e esse está, eu não vejo razão para que se tire de pauta. Vamos aprovar e deixa aí aprovado.



**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Deixa aprovado. À medida que se tiver necessidade, essas convocações, elas já existem, elas já existem, e a gente não pode, e aí a gente acaba perdendo tempo com essa coisa que foi protocolada e depois vai ser tirada. Eu acho que... Eu proponho, Sr. Presidente, que deva-se votar o requerimento, deva-se votar o requerimento do Deputado Augusto Nardes. Eu até peço a ele para não retirar, vamos votar.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Eu queria sugerir aqui ao nobre colega Augusto Nardes, já que nós vamos amanhã ao Rio Grande do Sul, nós iremos fazer uma visita e lá nós poderemos, a partir daí, ter uma visão mais ampla. E, achando-se por bem que deva ser convocado, achando necessário, a gente convoca. Não achando necessário, a gente não vai apresentar o requerimento. Então, eu sugiro ao senhor que não coloque em votação na tarde de hoje.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu não vou concordar, eu não concordo com essa posição, porque, veja bem...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - ... vocês vão fazer uma visita amanhã — isso aconteceu muito comigo —, lá vocês resolvem fazer uma oitiva. Viu um troço absurdo vamos fazer uma oitiva, que CPI tem poder para isso. Quem devia ser convocado já está convocado. Vocês vão para lá com a convocação na mão, vamos que haja necessidade de fazer uma oitiva, de se ouvir alguém, a CPI pode se





instalar em qualquer sala do hotel. Então, eu acho que uma CPI, uma CPI, até pela necessidade, o tempo exíguo e de se acelerar os trabalhos, e a importância dessa CPI, eu sugiro que não se retire, que se vote, até porque vai se visitar, vai se fazer a visita, e lá se resolve fazer uma oitiva? Vai se instalar a CPI. As convocações já existem, até porque a lei diz que as pessoas convidadas, elas têm que ser notificadas antes. Aquele que é convocado como testemunha, ele pode até ser mandado buscar pela CPI, mas como no caso dessas pessoas elas viriam como convidados, está certo — são servidores —, podem vir convocados, mas não existe necessidade disso, vai convidá-las, então eu não vejo por que não votar o requerimento, levar o requerimento votado para o Rio Grande do Sul. Pensemos na necessidade de uma oitiva. As convocações estão prontas.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Nós vamos colocar o requerimento em votação.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Mas ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – O plenário...

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Por uma questão de ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Vou dar a Questão de Ordem. O plenário é soberano. Essa é uma decisão que vai ser de plenário.

(**Não identificado**) – Eu já concordei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu vou colocar o requerimento em votação. Com a palavra o Deputado João Matos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Eu agradeço, Presidente. Eu faço uma proposta de votarmos os requerimentos, mas que ficasse subentendido ou ficasse



acertado e constasse da ata o seguinte, que, se julgando desnecessária a convocação, não seria obrigatoriamente convocado, está certo? Ou seja, fica autorizado aqui a CPI a convocar.

(Não identificado) – Seria modificado o texto, não é?

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** - Fica autorizado a convocar. Se não for necessário, simplesmente não é obrigado a convocar.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Claro, claro.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – A minha preocupação era justamente essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Avenzoar Arruda.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Sr. Presidente, eu entendo e faço como questão de ordem, para que não se proceda mais em casos similares de modo diferente, primeiro o seguinte: aprovada a convocação, tem que haver a convocação. Segundo, tem que haver notificação. Não é, não dá para dizer que nós temos uma convocação... Quero divergir desse entendimento do Deputado Magno Malta de que com a convocação na mão você chegando instala e chama. Isso não é assim, isso tem que ter notificação, ou seja... E, portanto, acho que o que tem que se fazer é mais ou menos determinar aquilo que o Relator havia proferido anteriormente, a questão da estratégia de trabalho da CPI. Qual... Aprova-se o requerimento de convocação, depois se monta o calendário, porque há uma diferença brutal entre uma pessoa que vem para esclarecer questões, que tem que



trazer documentação, fazer, tal, e outra que está sendo para responder o indiciamento, que aí sim já tem a denúncia feita. Há uma diferença muito grande sobre isso. Então, Sr. Presidente, eu quero só formular...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas é isso que eu coloquei, Deputado.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Sr. Presidente, eu, eu, eu sei, Magno Malta, da sua experiência, vasta experiência, mas me permita, na minha pouca experiência, também contribuir, que me parece que posso contribuir nesse caso. Acho, está certo, que não procede votar requerimento de convocação e ele ficar sem ter consequência. Se nós estamos votando a convocação, evidentemente tem que ser executada, a menos que outro requerimento desfaça ou outra posição da CPI. Mas isso não dá para aprovar e dizer nós vamos fazer ou não. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é de que a pessoa para ser convocada tem que ser notificada. Aí, nós não podemos abrir mão de isso, senão nós vamos criar um precedente grave.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Deputado, notificação pode ser feita na hora...

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Notificação pode ser feita na hora.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** - Uma Questão de Ordem.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Claro. Pode. Notificação pode ser feita na hora.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Magno Malta.

Com a palavra o Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** - Eu só queria, para deixar, para buscar esclarecimento aqui, o requerimento fala na participação, não coloca se é convidado ou convocado. Acho que precisa ser claro. Requer a participação. Como? Como convidado ou como convocado? Essas questões têm que ser esclarecidas, porque senão nós estamos aí sem condições de exercitar o requerimento. Queria que a gente pudesse esclarecer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu queria, colocando ao Deputado Augusto Nardes o esclarecimento que depois da palavra do Deputado Augusto Nardes nós vamos colocar em votação o requerimento.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Eu concordo que seja votado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Convocado ou convidado? Eu acho que é convidado, no caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Convidado é só para prestar esclarecimentos, Deputado. Eu só queria que o senhor tirasse a dúvida do Plenário.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Eu não estou aqui com...

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Requer a participação. Não especifica se é convite ou convocação.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – O senhor está aí com o ofício? Deixa eu ver o termo exato que foi utilizado. Deixa eu ver aqui... Deixa eu ver o termo exato que... *(Pausa.)* É a participação. São autoridades que estão sendo



convidadas. Não existe, por enquanto não há ilícito nenhum. Nós convidamos pela participação.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Com a participação. Então, é convite, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – É convite.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Como convidado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Em votação o requerimento. Para encerrar, o Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria tirar uma dúvida para organizar até o nosso trabalho futuro. É que, na medida do meu entendimento, é que esses requerimentos estariam sendo aprovados e que essa agenda ficaria, depois, sob a responsabilidade da Presidência da Mesa. É isso que o Plenário está votando, né? Porque, na medida em que foi votado o requerimento, tem que haver o convite ou tem que haver a convocação. Como você está fazendo isso aberto, o processo, ele pode ser convocado daqui a uma semana, pode ser convocado na próxima sessão, e pode ser convocado daqui a um mês ou dois meses. Essa agenda de convocação, o Plenário entende que ela deve ficar a cargo do Presidente? É essa a minha pergunta.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – É exatamente isso.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – É essa a minha pergunta do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Fica a cargo do Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – É esse o entendimento do Plenário?



*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Como é?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Não, o convite votado vai ter que ser feito.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA** – O convite existiu. Aprovamos o convite. Se houver a necessidade da Comissão solicitar a participação do convidado, ele será convidado lá. Se é convocação...

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Não, exatamente. Não é a convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Em votação o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** - Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento, que é o item IX da nossa pauta. O senhor acabou de votar o item VI e houve, com certeza, uma discussão ampla, importante, profícua e demorada no item VI. Eu participo de outras Comissões, inclusive a Comissão do Saneamento Básico, e eu pediria ao senhor a possibilidade de uma inversão de pauta, de forma que o próximo requerimento a ser votado fosse exatamente o item IX, onde eu pudesse apresentar as razões pelas quais eu estou incluindo a



Barragem de Oiticica nesse rol das obras inacabadas, para que pudesse, em seguida, depois da votação, participar da Comissão do Saneamento Básico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Quem estiver de acordo permaneça como se acha, a propositura do Deputado Rosado. *(Pausa.)* Aprovada. Então, o item IX, então, vamos colocar em votação. O Deputado Carlos Alberto Rosado quer que...

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deixa eu só botar a propositura aqui em Plenário, Deputado. Que é quer seja investigada a obra de Barragem de Oiticica, Município de Jucurutu, no Estado do Rio Grande do Norte, inclusive com visita **in loco**. Para encaminhar o requerimento, o Deputado autor, Carlos Rosado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Sr. Presidente, a Barragem de Oiticica foi uma obra, me parece, delegada ao Governo Estadual pelo Governo Federal, que iniciou a sua execução mediante convênio. E aí se enquadra perfeitamente dentro do regulamento da nossa Comissão. Ela já foi investigada pelo Tribunal de Contas, foi incluída na relação das obras superfaturadas e necessita de um parecer, em definitivo, da nossa Comissão, de forma que nós possamos dar uma solução a essa obra. O Estado do Rio Grande do Norte, o Nordeste brasileiro, precisa da água que essas barragens, com certeza, irão acumular, uma vez sanadas todas as pendências que existem e que impedem, no momento, de que a Bancada Federal do Rio Grande do Norte aloque recursos para essa obra. Portanto, é nossa expectativa que, investigada por esta Comissão, esta obra possa, num futuro muito próximo, iniciar a sua reexecução — porque ela está parada no momento — a sua



reexecução, de forma que as famílias potiguaras possam usufruir dos benefícios que, com certeza, virão por mais essa acumulação de água em nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, nós, do Partido dos Trabalhadores, somos a favor do requerimento do Deputado Betinho Rosado, que solicita a visita **in loco**. E gostaria de, aí sim, reivindicar a V.Exa. que providenciasse todos os documentos do Tribunal de Contas da União, da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e, no momento de identificar a visita, já socializasse, com os membros da Comissão, toda a documentação para que nós pudéssemos ir lá, inclusive reivindicando já o acompanhamento de um engenheiro especializado na área, nesse caso possivelmente um engenheiro civil.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Esta Presidência acata a sugestão do Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que a Comissão, nós vamos ter uma meta de trabalho. Essa visita no Rio Grande do Sul, eu requerendo visita em outros locais, também no meu Estado em obras paradas... Em todos os Estados tem obras paradas. E é muito importante que nós façamos audiência pública no Estado, não examinar uma obra específica, mas examinar todas as obras que forem necessárias e ouvir as pessoas necessárias





num local de cada Estado. Pelo contrário, aí nós vamos ter problema político envolvido no meio também. Nós não podemos... De repente eu não gosto do Governador do PT, eu vou começar a fazer requerimento e tudo de obra dele ou não gosto do Governo do PSDB, eu vou começar a fazer também tudo que é obra que está indo para o Estado. Nós precisamos ter muito cuidado com isso, fazer audiência pública no Estado, pegar um relatório do TCU de todas as obras que estão paradas para nós fazermos uma audiência pública geral, para que nós possamos a ter êxito. Pelo contrário, nós vamos estar só viajando e não vamos ter resultados benéficos e convidando também. Esses convites... Aí eu estou vendo aqui GERASUL, todos, nós convidarmos lá na região. As pessoas convidadas na região. Aí, depois, nós vamos começar a convocar. Se nós começarmos a fazer aqui convite, convite, convite, e não termos o documento em mãos, nós vamos poder cair no descrédito. Precisamos ter muito cuidado com isso.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Sr. Presidente, ainda dentro desse tema...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Magno Malta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - ...eu queria sugerir a V.Exa. que realmente não fosse a nenhum Estado sem levar **quorum**. Ele está correto quando fala que é preciso fazer audiência pública, porque, na verdade, o Deputado necessariamente não é um técnico. Ele não tem conhecimento técnico. Quando o Deputado João Coser falou da socialização da documentação, está extremamente correto, porque também não se faz CPI sem quebra de sigilo. Se vamos fazer uma CPI para ouvir as pessoas tão somente, faremos um relatório pífio no final de tudo



isso. Então, é preciso que essas viagens não sejam meras viagens, mas que se leve **quorum** qualificado para essas viagens, que se instale audiência pública, porque, se há uma obra inacabada em algum lugar, e dado o tempo da obra, já tem cheiro de suspeição, na verdade é preciso que se ouça algumas pessoas que tenham envolvimento direto com essas obras. Então, por isso, é procedente a palavra do Deputado e apelo a V.Exa. que não faça viagem meramente por fazer, porque senão daqui a pouco estaremos expostos à mídia, apanhando desnecessariamente, porque não passarão tão somente de passeios, de visita. Mas é preciso chegar, instalar a Comissão, no devido local, faz-se audiência pública e até oitivas, porque muitas dessas obras elas são criminosas. Muitas dessas obras foram ações criminosas de superfaturamento, obras inacabadas em detrimento da pobreza deste País. E é preciso que pessoas sejam convocadas exatamente para serem ouvidas em oitiva. Então, que não se faça viagem sem **quorum** qualificado. É um apelo que faço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu quero, antes de colocar em votação, Deputado Rosado, eu só queria esclarecer ao Deputado Magno Malta e também ao Deputado Norberto Teixeira que nós fizemos reuniões sucessivas até que nós chegamos a esse ponto. Inclusive, com visita ao Presidente do Tribunal de Contas da União que nos forneceu dados em relação a essa obra lá que nós vamos visitar amanhã. E, inclusive, nós ontem tivemos uma reunião extrapauta, aonde a Mesa desta Comissão apresentou todo um corpo técnico a esta Comissão, com representantes do Tribunal de Contas da União, com já pessoas do, advogados também que já são juristas, que já tão conosco, e também da Assessoria Legislativa daqui e, principalmente, um grupo do orçamento. De forma que a



estrutura da Comissão já existe. Esse requerimento já foi votado. Nós já estamos com elementos suficientes para que se essa visita. Mas, ao mesmo tempo, quero informar a V.Exa. que o adiantamento do Deputado Augusto Nardes se faz em função de indícios já visto dentro do relatório do Tribunal de Contas da União. A visita que nós vamos fazer, eu posso garantir a V.Exas. que ela não vai ser inócua, porque ela já tem um direcionamento, porque ela já tem um objetivo.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente. Não é o problema porquê da visita. A visita amanhã é necessária. Existe suspeita, existe tudo. Se nós fizéssemos uma audiência pública no Rio Grande do Sul e olhássemos todas as obras que estão paradas no Rio Grande do Sul, porque são centenas... Não é só essa obra. Eu acho que nós tínhamos muito mais aproveitamento e convidar... Todos os locais que nós vamos tem um representante do Tribunal de Contas da União nesses locais, no Estado. Convocar esse pessoal também para poder participar conosco. Em todos os Estados tem um representante do Tribunal de Contas da União. Que ele possa participar como colaborador nosso e a relação de obras, não só de uma obra, mas de diversas obras que tem no Estado. Se nós fizermos a relação de todas as obras, o senhor vai ver a quantidade grande que tem no Estado paradas. Nós fazer uma visita só, um aproveitamento só, uma audiência, nem que fique dois dias ou três, se for necessário, mas fazer uma audiência que tenha todo o Estado complementado, examinando todas as obras, levantando todas as obras com os problemas: se é desvio de dinheiro, se está parada, se está por motivo de erro ou se foi superfaturamento, se não foi. Pelo menos votamos completo de cada Estado.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Sr. Presidente,



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Dependendo da possibilidade, Deputado Norberto Teixeira, nós vamos colocar a sua solicitação em voto e vamos executá-la. Com a palavra o Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Só pra entender um pouco: essa viagem dessa, do requerimento nosso, já está marcada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não. É que nós estamos entrando em pauta agora.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Só pra votar, pra aprovar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** - ...no momento propício, apropriado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** - ... ser feito. A minha preocupação é um pouco na direção que o Deputado está colocando. Qual é a dinâmica, porque, se todos nós entrarmos com requerimento pedindo uma viagem para ver **in loco**, nós vamos ter duas mil e poucas viagens, se aprovado o requerimento evidentemente, e aí a gente pode não chegar a lugar nenhum. Qual é a sistemática? Nós vamos receber muitos relatórios. Vão chegar do TCU, de várias fontes. Para que nós possamos sistematizar o trabalho da Comissão, se vai dividir por área, estrada, obras inacabadas disso ou daquilo, fonte, alguma coisa assim? Qual é a sistemática? Se é por região, geograficamente? Como é que vai ser? Para que a gente não aprove requerimento... Não é que sou contra ou a favor. Eu vou votar



favoravelmente. Mas, se aparecer uma seqüência enorme de requerimentos, cada obra um requerimento pra gente discutir, como é que a Comissão vai chegar a algum termo em algum momento, senão a gente não vai chegar, na minha avaliação... Ou, então, quais são as prioritárias? São cem? São duzentas obras? Então, serão essas que nós vamos priorizar, porque senão a gente vai aprovar requerimento e não vai ter pernas pra resolver essa questão. Minha preocupação, pra reflexão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Antes de responder ao Deputado Baltazar, eu gostaria de colocar em votação. Depois a gente discute, porque nós estamos desviando um pouco a discussão do requerimento que está em pauta. Depois a gente coloca essa discussão e aí a gente continua.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Presidente, não está desviando, está discutindo o critério. Vamos votar ali. Eu até queria registrar aqui a questão do Norberto, a preocupação do Norberto e do Paulo Baltazar, porque nós ainda não estabelecemos critério. Eu estou vendo. Não tem nada. Pode aprovar os requerimentos que quiser. Agora, vai chegar um ponto de estrangulamento, vai chegar, porque nós ainda não estabelecemos quais são os critérios nem por Estado e nem quais as obras que vai haver. Então, qualquer Deputado vai trazer aqui, vai aprovar. Mas, daqui a pouquinho, vai chegar um Deputado com dez ou vinte obras aqui. Naturalmente, nós vamos aprovar. Agora, depois vai ter que sentar essa Comissão aqui para discutir os critérios. Porque, se nós ainda vamos para o Rio Grande do Sul, e vai ter que voltar lá.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Me permita...



**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Porque, hoje, nós estamos indo a pedido do Augusto Nardes. Certamente, não vai faltar outro Deputado para apresentar pedido dele também para voltar no Rio Grande do Sul.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Sr. Relator, o senhor está correto

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Então, eu queria valorizar a colocação, a preocupação dos dois colegas, porque, na medida que estabeleça o critério, certamente você pode trabalhar e o trabalho se torna produtivo. A preocupação é uma preocupação mesmo e ela é minha também. Então, eu não tenho nada de restrição. Já passei aqui, já vi todos os requerimentos. Aprovo todos os requerimentos. Agora, tem que sentar e discutir os critérios. Se não se discutir os critérios, certamente vai chegar um ponto de estrangulamento.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - O Relator, Sr. Presidente...

**(Não identificado)** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Eu vou dar a palavra. Só quero, eu só queria, para que nós pudéssemos nos organizar, eu queria colocar em votação o requerimento. Aí, depois, nós abrimos a discussão, porque nós estamos desviando do que a solicitação do requerimento.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Sr. Presidente, mas eu acho que está dentro, eu acho que está dentro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - O requerimento do Deputado Magno Malta requer que seja investigada a obra da Barragem de Oiticica. Eu quero saber se este Plenário aprova o requerimento ou não. Quem estiver de acordo permaneça como se acha. *(Pausa.)* Aprovado. Com a palavra o Deputado Magno Malta.



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Só dizer que o Relator, ele está correto quando ele faz alusão às duas palavras aqui. Eu acho que é extremamente saudável o que está acontecendo aqui, nessa colocação que temos que fazer com relação aos critérios estabelecidos. Porque senão, daqui a pouco, vira uma delegacia. Vai abrir o 0800. Pelo 0800 chega tanta coisa, tanta coisa, tanta coisa, e a CPI precisa ter consciência de que não é a precatória do mundo e nem vai abarcar o mundo com as pernas, não vai resolver todos os problemas. É preciso escolher pra si os temas de maior gravidade e que, dentro do tempo que é proposto a uma CPI até com uma renovação de prazo, se tenha condição de resolver. Nós fizemos uma espinha dorsal na CPI do Narcotráfico: vamos seguir por aqui. O que for grave, que aparecer fora dessa linha, grave, não os casos mais ou menos ou menores, porque senão vai virar uma delegacia que nunca vai acabar. Nós, então, seguiremos a espinha dorsal. Então, eu quero sugerir, Sr. Presidente, é que haja Sub-Relatores, porque senão ninguém dá conta. Sub-Relator de questão de estrada e ponte, Sub-Relator de questão de barragem, Sub-Relator disso e daquilo. Dividindo o trabalho e estabelecendo uma coluna vertebral para investigação, certamente faremos uma grande CPI. Agora, a preocupação do Relator, ela é correta. Nós vamos aprovar todos os tipos de requerimento. E, se nós não tivermos uma base estabelecida para aprovar e dar prioridade aos requerimentos que estiverem dentro dessa base estabelecida, certamente nós vamos ver o nosso tempo ir embora. Vamos fazer viagens e visitas. Faremos convites e convocações. Não teremos tempo hábil para podermos investigar quebra de sigilo bancário, telefônico, fiscal, primeiro, porque não se faz CPI sem quebra de sigilo. E, depois, existem envolvidos em obras inacabadas que precisam urgentemente ter seus sigilos quebrados, para que nós



possamos encontrar alguma resposta para CPI tão importante. Por isso, eu acho que a palavra do Relator nessa (*ininteligível*) é extremamente necessária. E não sei se V.Exa. já estabelecer esse critério, mas se não estabeleceu eu faço um apelo: que aconteçam as Sub-Relatorias de casos, para que facilite o trabalho do Relator, e nós possamos andar com mais velocidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Eu agradeço a sugestão do Deputado Magno Malta e vamos estudar a possibilidade de atender.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - Sr. Presidente, eu estou na fila aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Coser. Depois, o Deputado Augusto Nardes.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - Presidente, quanto mais eu ouço, mais eu fico preocupado. Um está lá na quebra de sigilo, que é reta final, e nós não sabemos nem...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Reta final não, Deputado, é começo. Reta final é relatório.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Aqui não é CPI do Narcotráfico não, aqui é outra coisa. Aqui é CPI de Obras, Magno. É diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Magno Malta, Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Não é trazer a experiência de lá e colocar aqui. É completamente diferente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Deputado, o senhor está sendo mal-educado comigo. O senhor está sendo mal-educado comigo. Eu não estou lhe ofendendo.





**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Não, querido, estou não.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Magno Malta, eu gostaria... Deputado Magno Malta, eu gostaria...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Magno Malta, eu gostaria só...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Magno Malta, a sua experiência como Presidente da....

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado, a sua experiência.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Um minuto. Deputado, oh Deputado, eu gostaria de... A experiência sua como Presidente da CPI do Narcotráfico vai ser extremamente benéfica a esta Comissão e, com todo respeito, eu gostaria somente de dizer para o senhor que, neste momento, não é permitido o aparte. O Deputado João Coser não deu. Depois que ele falar eu posso transmitir...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Mas, Deputado, o senhor entende perfeitamente...

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Magno Malta, o senhor está entendendo perfeitamente o que eu quero falar. Então, eu gostaria que somente, não em respeito só a mim, mas em respeito a seus colegas que estão aqui presente. Não sou eu que vou ensinar o comportamento de ninguém aqui a se comportar dentro dessa CPI. Com a palavra o Sr. Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** - Sr. Presidente, eu vou repetir: eu estou realmente preocupado, porque nós estamos no extremo da quebra de sigilo bancário. Há um início de conversa para saber o que a gente vai fazer. Nós não temos nenhum método de trabalho totalmente definido. Se isso atingiu e agrediu o Deputado Magno Malta, é um problema pessoal dele. Eu não fiz nenhuma referência negativa ao trabalho. Acho que a CPI do Narcotráfico fez um belo trabalho para o País, e ele deu uma grande contribuição. Só que aqui é um trabalho que tem que começar primeiro. Eu sou um dos que quero chegar à quebra de sigilo bancário de um monte de gente, porque sei que, neste caso, pega tubarão, mas vai ter o momento certo.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Não é no final, vai ter o momento certo. Nós ainda não conseguimos... Nós estamos começando a receber os documentos, as informações do Tribunal de Contas.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Mas eu não estou me referindo a você. Você está muito... Não estou me referindo. Estou me referindo a um debate, meu sentimento. Eu acho que nós aprovamos esse requerimento. Mas eu queria falar, o centro da minha fala era o seguinte: tem um ditado popular que diz



que o apressado come cru. Os Estados que estão querendo ir para lá amanhã serão prejudicados. Nós não vamos voltar duas, três vezes no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso. Não é. É melhor fazer um apanhado de tudo que tem no Estado de problema: obras inacabadas, bens públicos abandonados e fazer as audiências decentes nos lugares. Aí, se tiver indício de malversação do recurso público, pede quebra de sigilo quando tiver necessidade, faz acareação. Tudo no momento certo. O que nós estamos atropelando... Eu estou preocupado que na semana que vem terão aqui duzentos requerimentos. Cada um quer aparecer, quer fazer o requerimento, dizer que convocou, que convidou, e nós nem começamos o trabalho ainda. Nós tínhamos combinado, uma combinação que não está sendo cumprida, é que nós solicitaríamos todos os documentos oficiais, Tribunal de Contas, Orçamento, SPU, Ministérios, Governadores, tudo. Então, nós estamos na fase de quinze, vinte dias que nós nos demos para juntar a documentação meio oficial. A partir da oficial, a gente faz um mapa. Do mapa, nós vamos ao Estado ver o que tem além. É isso que nós tínhamos combinado. Então, nós precisaríamos votar à combinação anterior. Vamos ao Rio Grande do Sul. Vamos fazer esse negócio lá. Vamos voltar à combinação anterior, porque é o que o Magno quer, é que os Deputados querem, é o que o Relator quer e é o que pode dar um puta sucesso à Comissão. É o meu sentimento. Então, não estou falando contra "a" ou contra "b". Todo mundo que tem experiência tem que colocar sua experiência. Eu talvez seja o menos experiente. Não tenho aqui nenhuma arrogância. Eu queria organizar o trabalho, porque penso que organizado é mais fácil ter sucesso e dar resultado. Eu não quero fazer cena. Eu quero fazer uma Comissão que apure com profundidade, e os senhores verão que eu não estou falando de faz-de-conta, porque vocês vão ver



o resultado do nosso trabalho no final, mas preciso, Presidente, de solicitar isso a V. Exa. Aprovamos o requerimento aqui porque eu sou a favor da visita **in loco**, o que não quer dizer que nós temos que ir lá a semana que vem, gente. Vamos levantar tudo que tem naquele Estado. Quando nós visitarmos essa obra, vamos ver o que tem mais de problema no Estado. Vamos ganhar essa viagem. Vamos levar os profissionais e técnicos junto. Então, a minha idéia é organizar com velocidade. Estou com V. Exa. Não acho que é para daqui a quarenta, sessenta, noventa dias não. Acho que é para rapidamente. Então, nós temos que juntar rapidamente todos os problemas que têm nesses Estados, para quando chegarmos lá, além da visita **in loco** disso aqui, se possível, fazer uma audiência pública e visita em outros problemas: bens públicos abandonados, outras obras inacabadas que tem lá. Aí nós vamos começar realmente cumprir com perfeição o nosso trabalho. Ao Magno, quero pedir desculpas. Não tive nenhuma intenção de magoá-lo, se ele se sentiu magoado. Só que eu acho que é uma Comissão muito diferente da outra. Lá era tudo bandido, traficante, aqui nós convidamos...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Quem versa mal bem público é gente boa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Aqui nós convidamos... Se você me permitir, porque o mal-educado aqui não estou sendo eu. Aqui, nós estamos convidando Secretários de Estado. Secretários de Estado que vêm aqui prestar informação sobre o setor energético, que não têm culpa da falta de energia, nem da falta de água, que é responsabilidade do Governo Federal.

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Não, quem foi convocado aqui foi o Secretário. Eu o defendo, até porque foi do nosso Governo.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Mas não sei por que você está falando no meio da minha fala. Então, nós queremos contribuir. Na hora que for pegar tubarões, nós estaremos juntos. Então, nós temos consciência do nosso trabalho e não fazemos faz-de-conta, fachada não. Nós fazemos de verdade. Então, queria só dizer isso: conte conosco para o trabalho mais sério possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Vamos encerrar essa discussão, porque nós temos de votar e avançar, que nós estamos já perto da Ordem do Dia. Eu só... Rapidamente passo a palavra ao Deputado...

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - Para encerrar a discussão, e depois o Relator... Eu concordo plenamente com o que foi colocado pelo Norberto, pelo João Coser, pelo próprio Magno. E nós tínhamos combinado isso. Para aqueles que não... da Executiva da Comissão fez essa combinação. De primeiro, o que fazer? Primeiro, inventariar as obras inacabadas. Depois analisar. Depois priorizar. Esta é a ordem: inventariar, analisar, priorizar e depois nós fazemos dentro daquelas informações que nós estamos recebendo. Eu acho que o Betinho Rosado trouxe informações. Eu trouxe informações. O que eu solicitei — e aí o Presidente tomou essa decisão de marcar essa visita — é de que nós déssemos prioridade, neste primeiro momento, em cima da questão energética, que é o grande gargalo do País. E eu solicitei em cima de um segmento. Não significa que nós não podemos fazer as audiências públicas. Eu concordo plenamente com o que disse o Norberto. Eu acho que vamos ter de fazer as audiências públicas em todos os Estados, os



Estados mais críticos em termos de obras inacabadas. Com certeza, vamos ter de fazer isso. Então, eu acho que nós tínhamos que fazer esse dever de casa. Concordo plenamente. Começamos agora pela questão energética, nessa visita, e depois vamos avaliar em outros pontos. E depois que receber todas as informações, vamos marcar em cada Estado as audiências. Eu concordo plenamente com as colocações feitas aqui, Sr. Presidente, e, como Vice-Presidente vosso, concordo plenamente com que nós façamos essa visita agora, amanhã, e, depois, nós possamos parar e fazer uma avaliação conforme as informações chegarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, para encerrar a discussão, Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – Eu queria que ficasse no campo da profunda reflexão a fala do João Coser, que vem ao encontro do que foi comentado pelos dois colegas. Essa questão de experiência, tem ou não tem. O menos experiente aqui é Deputado Federal, e tem alguns aqui com mais de alguns mandatos. O cerne da questão é o estabelecimento daquilo que foi acordado, que não está sendo cumprido. Talvez, no entusiasmo, na vontade de apresentar serviço, ou isso aquilo e aquilo outro. Ou para... Não sei qual a razão mais profunda. Eu imagino que é responsabilidade de todos nós. Não é só do Presidente, do Relator e nem de quem compõe a Mesa de estabelecer e, talvez, até apressar, que o TCU, me parece que está mandando aqui a relação das obras e que a Secretaria disponibilizasse para todos os membros da Comissão esse relatório e, a partir daí, definir, por Estado, as nossas ações. Eu estou preocupado porque — comigo não é diferente talvez de qualquer um dos senhores — o volume de pedidos que está sendo feito de visita, de investigação... E, certamente, se não tivermos a



competência de atender ou de estabelecer um critério, nós vamos dar tratamento igual a situações desiguais. Então, a par disso, eu queria fazer um apelo aos membros desta Comissão, que nós estabelecêssemos esses critérios, ouvindo a Assessoria, que já está parte dela presente aqui, ouvindo a opinião de cada Deputado e estabelecesse um norte. E, dentro desse norte, certamente nós íamos atender talvez 90% ou 95% dos casos. E aqueles que forem gritantes, como bem disse o Malta, certamente receberia o tratamento adequado, como forma de todos nós trabalharmos e o nosso trabalho ser realmente produtivo. Essa é a minha preocupação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, Requerimento nº 91, do Sr. Deputado Augusto Nardes, que “requer a participação do Dr. Vicente Rauber, Diretor Presidente da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, na reunião da audiência que trata da CPI de Obras Inacabadas”. Com a palavra o Deputado Augusto Nardes, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Nº 7, né? É no mesmo sentido do requerimento anterior, Sr. Presidente, para que seja feita essa avaliação, **a posteriori**, se devemos chamá-lo a partir dessa visita e se talvez amanhã precisaremos conversar lá com o Presidente, tanto com ele como com a Secretária. Então, por isso que eu apresentei esses requerimentos. É esse sentido. Nós vamos avaliar e ver qual é o momento oportuno de fazer — nós todos que eu digo é a Comissão —, de fazer essa convocação. Estou me antecipando somente, mas o sentido é a partir dessa visita que vou fazer amanhã, para ter mais informações, se for necessário.

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** - É convite, é convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 92/01, do Sr. Deputado Augusto Nardes, que “requer a participação do Dr. José Mário Miranda Abdo, Diretor Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, na reunião de audiência que trata da CPI de Obras Inacabadas”. Com a palavra o Deputado Augusto Nardes.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – É o mesmo sentido, Sr. Presidente. Para recebermos informações, especialmente nesta crise que estamos vivendo, que é de saber quais as usinas que nós temos inacabadas e, portanto, eu acho que essas informações serão importantes. Deixo depois a critério do Presidente, da direção da CPI, para ver o momento de avaliar a convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Em não havendo mais quem queria discutir, coloco em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 10, do Sr. Augusto Nardes, que requer a participação do Sr. Manoel Arlindo Torres, Presidente da GERASUL, na reunião da audiência que trata da CPI de Obras Inacabadas. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Augusto Nardes, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – No mesmo sentido, Sr. Presidente. Tanto o décimo e o onze são no mesmo sentido, nas mesmas colocações que fiz anteriormente. Portanto, entendo que não seja necessário fazer o encaminhamento de cada um. Eu gostaria que votassem em bloco essas suas duas outras solicitações.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Bom, eu queria colocar... Não havendo mais quem queria discutir, em votação. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. Deputado Augusto Nardes, só por uma questão regimental, tem de aprovar o requerimento em separado, por isso que eu quero colocar agora o Requerimento nº 95/01, da vossa autoria, que “requer a participação o Sr. Benedito Aparecido Carraro, da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, na reunião de audiência que trata da CPI de Obras Inacabadas”. Para encaminhar, Deputado Augusto Nardes.

**O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES** – Também no mesmo sentido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo quem queira mais discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Bom, nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos, antes convocando a próxima reunião para quarta-feira próxima, às 14 horas.

Está encerrada a sessão.